



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Educação e Transferência de Renda: uma leitura do Programa Bolsa-Família em
Ceilândia sob a ótica do Desempenho Escolar

KELMA JAQUELINE SOARES

Brasília – DF,
Dezembro, 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

KELMA JAQUELINE SOARES

Educação e Transferência de Renda: uma leitura do Programa Bolsa-Família em
Ceilândia sob a ótica do Desempenho Escolar

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Assistente Social.

Orientadora: Professora Dra. Silvia Cristina Yannoulas

Brasília – DF,
Dezembro, 2007

KELMA JAQUELINE SOARES

Educação e Transferência de Renda: uma leitura do Programa Bolsa-Família em Ceilândia
sob a ótica do Desempenho Escolar

Monografia apresentada ao
Departamento de Serviço Social do
Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Assistente Social.

Aprovado em Dezembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Rosa Helena Stein – Departamento de Serviço Social/UnB

Juliana Rochet Wirth Chaibub – Doutoranda do programa de pós-graduação
em Política Social do Departamento de Serviço Social/UnB

Silvia Cristina Yannoulas – Departamento de Serviço Social/UnB

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, pela iluminação e força em todos os momentos;

A minha tia Luzia Soares, por ter sempre acreditado em mim;

À Professora Silvia Cristina Yannoulas, que mais que orientação acadêmica, demonstrou paciência, sabedoria, escuta sincera e amizade;

A minha mãe e meu pai pela dedicação e por acreditarem na educação como forma de promoção social;

Ao João Paulo, que partindo de uma amizade sincera tornou-se verdadeiro companheiro, não se cansou de estar ao meu lado e diariamente me apoiou.

Ao meu irmão, por ter se posicionado no paradoxo da Educação e Trabalho;

As minhas avós, pelo empenho e espírito guerreiro;

A toda minha família, pelo empenho;

A minha amiga Marlucy Silva, por ter me mostrado o Serviço Social;

As/os professoras/es do SER, por terem sido mestras/es nessa aprendizagem;

Ao professor Pedro Demo, que me iniciou no caminho científico;

Às professoras, Rosa Stein e Juliana Rochet, pela leitura atenta e sincera colaboração;

À Paula Juliana, por ter me ensinado sobre a pesquisa;

Às/os funcionárias/os do SER, especialmente, a Angélica, tão decisiva nessa etapa final;

As minhas amigas e amigos que contribuíram com a escuta crítica e dialogo de idéias;

A todas/os funcionárias/os, professoras/es, técnicas/os da Escola Classe 22, especialmente, Juarez e a Marizete, por terem permitido adentrar no trabalho deles de forma aberta e confiante;

As mães dos alunos, que dedicaram seu tempo para falar e ouvir;

Aos alunos e alunas dessa escola, pela participação;

Aos técnicos e especialistas entrevistados por permitirem refletir sobre mais que o objeto de estudo;

Enfim, por todas e todos aquelas/es que contribuíram para a realização desta monografia.

“A Educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo, para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

(Constituição da República Federativa do Brasil, art. 205)

[...] “O atual desafio das políticas sociais não reside na escolha de programas universais ou seletivos, mas em criar uma infra-estrutura de serviços universais (saúde, educação, emprego, por exemplo) para servir de base fecunda ao desenvolvimento de políticas sociais particulares, que não estigmatizem os seus destinatários e não rebaixem o seu status de cidadania”.

(Potyara Pereira)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS _____	VIII
RESUMO _____	X
1 INTRODUÇÃO _____	1
2 ABORDAGEM TEÓRICO - METODOLÓGICA: APROXIMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO _____	07
2.1 RELEVÂNCIA DO TEMA _____	07
2.2 TEORIA: LUZ PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIAL _____	09
2.3 METODOLOGIA: EM BUSCA DA APROXIMAÇÃO DO OBJETO _____	15
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO _____	18
3.1 DO BOLSA - ESCOLA AO BOLSA – FAMÍLIA _____	18
3.2 A POPULAÇÃO CEILANDENSE BENEFICIADA _____	22
4 RESULTADOS ALCANÇADOS _____	23
4.1 A CATEGORIA DESEMPENHO ESCOLAR _____	23
4.2 AS CATEGORIAS RENDA FAMILIAR E TRABALHO INFANTIL _____	27
4.3 PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA _____	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	29
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	32
7 ANEXOS _____	35
ANEXO 01- Guia de entrevista para fonte-chave na escola _____	36
ANEXO 02- Roteiro de entrevista semi-estruturada para professor/a _____	37
ANEXO 03- Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave na Regional de Ensino da Ceilândia _____	38
ANEXO 04- Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave Ministério do Desenvolvimento Social _____	39
ANEXO 05- Roteiro de entrevista semi-estruturada para familiares dos alunos beneficiários _____	40

ANEXO 06- Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave no IPEA _____	41
ANEXO 07- Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave da Secretária de Educação _____	42
ANEXO 08- Roteiro de entrevista para fonte-chave no Ministério da Educação _____	43
ANEXO 09- Ficha de análise das fontes documentais _____	44
ANEXO 10- Ficha do termo de consentimento _____	45
ANEXO 11- Carta de apresentação _____	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCE - Biblioteca Central dos Estudantes

BIA - Bloco Inicial de Alfabetização

DIESSE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

DF - Distrito Federal

ECA - Estatuto da Criança e do adolescente

FE - Faculdade de Educação

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FNAS - Fundo Nacional da Assistência Social

GDF - Governo do Distrito Federal

GEEMPA - Estudos sobre educação metodologia de pesquisa e ação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MISA - *Minimum Income School Attendance*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OnG - Organização não governamental

PBE - Programa Bolsa-Escola

PBF - Programa Bolsa-Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica

Profa. – Professora

Prof. - Professor

PT - Partido dos Trabalhadores

SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico

SE - Secretária de Educação

SER - Departamento de Serviço Social

SS - Secretária de Saúde

TCU - Tribunal de Contas da União

UnB - Universidade de Brasília

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso: “Educação e Transferência de Renda: uma leitura do Programa Bolsa-Família em Ceilândia sob a ótica do Desempenho Escolar” tem como objetivo analisar a contribuição do programa de transferência de renda direta Bolsa-Família no que se refere ao desempenho escolar de alunos do Ensino Básico. Além disso, esse trabalho busca trazer maior visibilidade do debate da educação no campo do Serviço Social sob um viés crítico - reflexivo.

Para realizar a análise desse fenômeno, buscou-se a aproximação da realidade sócio-histórica dos beneficiados diretos do Programa Bolsa-Família (PBF), além de conhecer a opinião dos profissionais do espaço educacional. Posteriormente, objetivando uma visão mais ampla da execução e gestão do programa foram entrevistados técnicos e especialistas de diferentes órgãos e espaços governamentais que trabalham com essa temática.

Essa investigação permitiu demonstrar duas faces do PBF: que enquanto programa de transferência de renda, o PBF consegue atingir sua proposta inicial que é a de garantir melhoria no orçamento das famílias pobres, mas quando é analisada a contribuição desse programa para as outras necessidades humanas, como a educação, percebe-se que ainda há um longo caminho a se percorrer a fim de que esse programa possa ser executado conjuntamente com as outras políticas sociais.

Assim, esse trabalho visa contribuir para as produções do Serviço Social com um olhar político da Educação, vista enquanto um direito social a ser executado e ser tomado como compromisso de todos os profissionais que buscam a efetivação do seu projeto ético-político.

Palavras-Chave: Programa Bolsa-Família, Programas de Transferência direta de renda com condicionalidades, pobreza, educação, desempenho escolar.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza pode ser vista como insuficiência de recursos materiais. Porém, tem se tornado mais comum nas análises teóricas que a pobreza é um fenômeno complexo e que se relaciona diretamente com distintas necessidades humanas e dentre essas o acesso ao saber e à construção de cidadania. Nesse sentido, o enfrentamento da pobreza também deve ocorrer no mesmo grau de complexidade, a fim de que esse processo seja pautado no esteio das relações sociais e que permita por parte dos sujeitos sociais a ruptura com a situação de negação de direitos.

Os programas de transferência de renda com condicionalidades, no âmbito da educação, tem sido uma forma encontrada por vários países como alternativa de combate à pobreza. Esses programas têm como público-alvo pessoas em situação de vulnerabilidade social e apresentam alguma condicionalidade como critério para garantir o recebimento o benefício.

O primeiro programa social de transferência de renda, que teve como condicionalidade a frequência escolar, apresentado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) foi o Bolsa-Escola em 1995 na gestão governamental de Cristovam Buarque. O principal objetivo desse programa era possibilitar melhoria educacional, primando por quedas na taxa de evasão escolar e repetência, concomitantemente, com a garantia da permanência do aluno¹ na escola.

Ao longo dos últimos doze anos, a gestão governamental do Distrito Federal modificou-se, mas o princípio básico de universalização do ensino fundamental se manteve e vários outros programas foram criados: Renda Minha, Renda Solidariedade, mas em julho de 2006, o governo federal unificou todos esses outros benefícios em apenas um, que é o Bolsa-Família.

O Bolsa-Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que começou a ser implantado em outubro de 2003² e tem como principal objetivo possibilitar às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social a garantia de renda, além de combater a fome e a pobreza.

¹ Considerando que a categoria Gênero não é central nesse projeto de pesquisa e também a não neutralidade da língua portuguesa, será utilizado aqui o gênero masculino para se referir ao programa Bolsa-família, o termo alunos para se referir ao grupo de estudantes analisados e a definição masculina para a categoria profissional de Assistentes Sociais.

² Desde o ano de 2003, já eram realizadas ações no sentido de unificar aos Programas de Transferência de Renda no Brasil, sendo que somente em 2004 essa implementação se tornou mais concreta (FOLTRAN, 2007).

A proposta do programa Bolsa-Família (PBF) consiste em transferir renda direta para famílias com renda *per capita* de no máximo R\$ 120,00. O valor do benefício oferecido varia de R\$ 15,00 à R\$ 95,00 dependendo do número de crianças e da renda da família. A inclusão da família no programa se dá por meio de uma inscrição prévia no cadastro único que gera uma base de informações e é a partir daí que a análise do perfil dessa família que essa será incluída ou não no programa.

As condicionalidades, segundo os pressupostos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é uma forma de prestar serviço às famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo não é fazer com que a condicionalidade seja instrumento de punição ou cancelamento da família do programa, mas de permitir o acompanhamento dessas famílias.

O Programa Bolsa-Família faz parte da estratégia do Fome Zero implementado pelo governo federal com fins a garantir o direito à alimentação diária. Segundo o decreto nº. 5.209 de 17 de setembro de 2004, compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a coordenação, a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa-Família.

A frequência escolar como condição para a permanência dos beneficiados no programa Bolsa-Família é uma forma de demonstrar que, assim como o Bolsa-Escola, a permanência do aluno na escola é uma das condicionalidades exigidas dos alunos beneficiados e é o espaço de vinculação desse programa de transferência de renda com a educação.

Porém, considerar a educação como um meio para a promoção social é para além de concebê-la como permanência do aluno na escola. Debater os reais impactos desses programas de transferência de renda no espaço educacional é considerar a educação em uma perspectiva de atenuar a situação de exclusão social e demonstrar que a pobreza não seja pré-requisito para se ter acesso à educação, o que primeiramente, é um Direito Social.

Para autores como Demo (2006), com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a incorporação dos 200 dias letivos não foi acompanhada de acréscimo de desempenho escolar, o que foi visto em exames como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB)³. Pelo contrário, quando analisados os dados de 1995 em diante, verifica-se que há uma estagnação ou decréscimo na média de desempenho desses alunos. É nesse sentido, que esse autor é enfático ao considerar que qualidade do ensino não é necessariamente relacionada com a

³ O SAEB foi implantado em 1990 e é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Abarca três séries (4ª e 8ª série do ensino fundamental e 3ª série do Ensino Médio) e somente as modalidades das disciplinas de português e matemática.

quantidade de aulas, e também é para além de auferir melhor ou pior desempenho escolar, mas sim como forma de garantir a aprendizagem e a reflexão crítica a esses alunos.

Entretanto, essa proposição é conflitante entre alguns autores. Estudos como o de Kerstenetzky (2006), baseados em dados comparados com realidades educacionais internacionais, defendem que com a universalização do Ensino Básico e o aumento de horas na jornada escolar, houve uma melhoria nos índices de desempenho desses alunos. Dessa forma, para esses autores a permanência dos alunos na escola possibilitaria melhor resultados tanto para o desempenho, como para os programas como do, até então, Bolsa-Escola.

Os dados apresentados pelo Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL) em 2006, indicam dentre outros aspectos, que a permanência na escola das crianças aumentou, mas que a taxa de conclusão do ensino médio não apresentou mesmo acréscimo, o que leva a analisar que a taxa de repetência escolar nessa etapa é maior e bem maior quando comparada com outros países, como por exemplo, aqueles do leste Asiático.

É possível analisar quanto aos programas de transferência de renda, que têm interface direta com a educação, que deveria existir uma proximidade entre o saber pedagógico e o agir político, retomando o caráter dialógico e imbricado entre educação e pobreza. É considerando que mesmo com a passagem da Bolsa-Escola para o Bolsa-Família, a condicionalidade se manteve a mesma, que é a frequência escolar. Portanto, cabe analisar, nesta monografia, de que forma o atual programa debate com a realidade educacional, precisamente quanto àqueles que seriam os beneficiados diretos com o programa, que seriam os alunos das séries iniciais. Apresenta-se como hipótese que o Bolsa-Família, enquanto um programa compensatório de renda garante a permanência dos alunos mais carentes na escola e contribui para que não haja acentuada diferença entre o desempenho escolar dos alunos bolsistas e aqueles não-bolsistas.

O Programa Bolsa-Família apresenta a proposta de atender os sujeitos na complexidade das suas necessidades e tem como áreas alvo a educação, saúde e assistência social. A grande abrangência do programa não impede que, numa tentativa de análise do programa, eleja-se uma categoria que se relaciona com uma parcela do público beneficiado. Apresenta-se como uma possibilidade, a categoria do desempenho escolar. Não se trata aqui de medir esse índice, ou dado, mas sim de verificá-lo enquanto uma ferramenta de análise para obter uma aproximação da realidade desse programa no percurso escolar de alunos carentes.

Porém, a pesquisa social revela a complexidade e abrangência dos fenômenos sociais. A eleição da categoria de análise desempenho escolar não exclui os outros fatores e fatos

econômicos e sociais que permeiam o cotidiano dessas famílias beneficiadas. Dessa forma, essa monografia também versará sobre outros aspectos referentes ao programa, que se relacionam diretamente com a situação de pobreza material e política das famílias em questão, assim como, visões dos órgãos e instituições de execução e gerenciamento do programa.

Em relação à sociedade como um todo, discutir a educação vinculada às políticas sociais é ampliar o espectro dessa área do saber como meio promotor de cidadania, por essa ser capaz de aliar necessidades materiais e formação de atores sociais. Analisar as implicações do Bolsa-Família no desempenho escolar pode ser uma forma de transmitir à sociedade um olhar sobre alguns dos impactos concretos da implementação desse programa, ainda que em uma localidade restrita e determinada, como é o caso desse trabalho.

Compreender a Política Social numa perspectiva de parceria com a democracia implica em visualizar que nenhuma política pode ser vista isoladamente, já que implementar a Política Social deve ser um reflexo do esforço conjunto das várias instituições sociais e esferas políticas no tratamento da Questão Social (DEMO, 2004), em que se torna possível uma interlocução entre a Política de Educação e a Política de Assistência Social, já que a Política Social não é um conceito estático e muito menos uma prática distante da realidade.

Outro fator que foi evidenciado nesse trabalho é o espaço geográfico escolhido para a execução desta pesquisa. No caso do Distrito Federal, o primeiro programa, o Bolsa-Escola, foi inicialmente implantado na região administrativa do Paranoá e passando depois para outras as outras cidades e dentre elas a Ceilândia, que atualmente é a cidade mais populosa do Distrito Federal, e que historicamente foi fruto de uma luta por inclusão social como o seu próprio nome indica⁴. Nesse sentido, seria um regaste sobre a atual condição de atendimento das Políticas Sociais naquela região, e dentre essas, uma prévia análise sobre o Bolsa-Família nesse espaço, sob o viés da educação, o que visa se concretizar como um debate em favor da própria população dessa cidade.

Esse recorte pela área educacional, leva à necessidade de se expôr que o tema da educação sempre foi alvo de interesse, uma vez que já cogitei a possibilidade de atuação profissional como professora, tendo sido em 2004 aprovada para o curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, simultaneamente à aprovação no curso de Serviço Social. Porém, a decisão em cursar Serviço Social não extinguiu o interesse nessa temática, pelo fato de que acredito ser a educação de qualidade o caminho mais legítimo para pensar a promoção social.

⁴

O prefixo (Ce) significa Campanha de Erradicação de Invasões.

Ao longo da graduação em Serviço Social, o debate sobre educação foi sempre presente neste percurso, o que me levou a ser bolsista do, até então denominado, Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na pesquisa sobre Pobreza Política, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Demo no projeto Pobreza Política e Educação, que teve como objeto final a produção do artigo de Iniciação Científica⁵.

É preciso destacar também que as disciplinas obrigatórias do Departamento de Serviço Social, pesquisa 01 e pesquisa 02, cursadas sob a orientação da Profa. Dra. Debora Diniz, permitiram-me desenvolver uma pesquisa no que se refere ao programa Bolsa-Escola na Ceilândia-Sul, tornando-se importante base para elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso⁶.

Discutindo ainda essa trajetória, é preciso pontuar também que a realização de disciplinas na Faculdade de Educação, trouxeram mais proximidade conceitual em relação ao eixo da Educação. E o fato de cursar as disciplinas Política da Educação e Prática de Pesquisa 01, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Yannoulas, permitiu-me aprofundar o olhar sobre a perspectiva político-pedagógica da Questão Social.

Além disso, como motivação pessoal, o fato de sempre ter residido na própria Região Administrativa da Ceilândia, levou-me a refletir sobre o fato de que as pessoas de baixa renda teriam mais dificuldade em alcançar a educação com o meio de promoção social. Dessa forma, acredito que analisar as interfaces existentes entre educação e pobreza é um ponto crucial para se conceber a Educação enquanto um Direito Social.

Quanto ao contexto da formação profissional, esse tema se concretiza como instrumento para a construção desse trabalho de conclusão de curso e que se torna relevante para a trajetória profissional, por acreditar que o Assistente Social deve atuar em perspectiva crítica, teórica e interventiva, capaz de ler a realidade educacional, segundo sua complexidade e importância para os sujeitos.

É nesse sentido, que ocorreu a necessidade de buscar um espaço investigativo, onde pudesse se encontrar público-alvo do Programa Bolsa-Família. Portanto, a Escola Classe 22,

⁵ Esse artigo teve como objetivo discutir o grau de aprendizagem dos alunos na primeira fase do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e propiciar o debate do papel do professor como um facilitador do processo de aprendizagem. O método de pesquisa foi qualitativo, baseado na aplicação da Prova Ampla, que é um instrumento de análise das etapas de alfabetização dos alunos, desenvolvido pelo grupo de Estudos sobre educação metodologia de pesquisa e ação (GEEMPA) que é uma Organização não Governamental (OnG) de Porto Alegre. Conforme: SOARES, K.J. Pobreza Política dos alunos em Ceilândia. In: XII Congresso de Iniciação Científica da UnB e 3 Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, 2006, Brasília. **Anais do XII Congresso de Iniciação Científica da UnB**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. v. 1.

⁶ As principais conclusões da execução dessa pesquisa estão reunidas no relatório de pesquisa dessa disciplina: SOARES, K. J. **Análise do Renda Minha sob o olhar do Desempenho Escolar**. Brasília: 2005. Trabalho não publicado.

por já ter sido espaço empírico para as outras investigações já mencionadas, foi o campo de pesquisa desta monografia. Trata-se de local de articulação comunitária, além de se resgatar um prévio conhecimento sobre esse local. Essa é uma escola que oferece o Ensino Básico, em que o atendimento aos alunos é das séries iniciais até a quarta série.

A execução desse trabalho teve como conclusão geral o fato de que o Bolsa-Família, enquanto um programa compensatório de renda, garante a permanência dos alunos mais carentes na escola e contribui para que não haja acentuada diferença entre o desempenho escolar dos alunos bolsistas e aqueles não-bolsistas. Assim, infere-se que, de forma geral, o PBF não é decisivo para a garantia de um alto ou baixo desempenho escolar entre os alunos beneficiados, até porque essa categoria de desempenho escolar é complexa e pode ser influenciada por vários fatores. Porém, verificou-se que o recebimento da renda do programa trás consequências imediatas que melhoram a condição de vida das famílias beneficiadas e que permite a permanência dos alunos nas aulas, mas não sendo possível, nesta monografia, aprofundar em que medida o PBF contribui para o sucesso na trajetória escolar dessas crianças.

Cabe ressaltar que o presente trabalho não buscou concretizar-se como uma pesquisa de cunho avaliativo do programa Bolsa-Família, ou de análise de impacto do mesmo, mas sim como uma forma de analisar a dinâmica do programa e a peculiaridade desse no plano da educação.

Este trabalho foi estruturado em sete itens. Buscou-se primeiramente retomar a construção teórico-metodológica, expondo desde a relevância desse tema, passando para o aporte teórico utilizado para a análise do PBF sob a ótica do desempenho escolar e apresentando, finalmente a metodologia utilizada nesse.

Privilegiou-se no item três uma retomada histórica dos programas de transferência de renda no Distrito Federal, discutindo desde a implantação da Bolsa-Escola até atingir o debate do Bolsa-Família. Nesse mesmo item se buscou retratar um pouco do histórico da cidade da Ceilândia e também o perfil da mãe dos alunos beneficiados⁷.

O item quatro buscou-se retratar os resultados alcançados com a execução da pesquisa exploratória. Privilegiou-se em um primeiro momento, a discussão da categoria analítica desempenho escolar, passando posteriormente para outros aspectos que dialogam com a

⁷ As mães assumiram centralidade nesse debate por considerar que essas eram as que estavam em contato mais próximo do cotidiano escolar das crianças. Ressalta-se que a escolha das mães entrevistadas ocorreu de maneira aleatória, uma vez que eram algumas das que estavam na escola em dia de reunião entre pais e professores. Além disso, nos Programas de Transferência de Renda, conforme expõe o MDS, as mães assumem o papel de serem as responsáveis pelo recebimento e gerenciamento da renda recebida do PBF.

realidade das famílias beneficiadas que são os de renda familiar, e trabalho infantil, e também o debate da participação e mobilização comunitária.

Por fim, nas considerações finais, tecem-se os últimos comentários quanto à temática investigada, sintetizando as principais constatações da pesquisa, no sentido da defesa da educação enquanto um Direito Social.

2 ABORDAGEM TEÓRICO - METODOLÓGICA: APROXIMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 - Relevância do Tema:

A relevância para se estudar esse tema pode ser analisada retomando o posicionamento de Carvalho e Silva (2002) que discutiram sobre a produção da Pós-Graduação em Serviço Social, e fizeram um levantamento sobre os temas dos projetos de pesquisa e verificaram que as temáticas majoritárias se referiam à “Infância, Juventude, família e sociedade” enquanto que os temas referentes à educação “são escassos, devido talvez à pouca inserção do profissional nessa área” (CARVALHO; SILVA, 2002, p. 103). As autoras analisaram também, que no período de realização dessa pesquisa, não existia na Universidade de Brasília (UnB) o desenvolvimento do eixo temático sobre avaliações de políticas, programas e projetos sociais.

Coerentemente com os dados apresentados e analisados pelas referidas autoras, devemos dizer que, segundo um levantamento realizado no departamento de Serviço Social da UnB por temas como Educação, Pobreza, Programas de transferência de renda, constatou-se que o número de monografias, com esse recorte temático, elaboradas por estudantes do departamento de Serviço Social, é pequeno não passando de 03 produções⁸. Nesse sentido, em relação ao conhecimento científico, percebe-se que a produção teórica dos alunos de Serviço Social da Universidade de Brasília sobre educação ainda é restrita e incipiente.

As publicações de artigos com esse tema nas revistas de Serviço Social de circulação nacional também são limitadas. Quanto à revista “Serviço Social e Sociedade” da editora Cortez, ao realizar-se busca temática pelos títulos dos artigos das revistas que compreendem o

⁸ Até o ano de 2006, encontraram-se as seguintes monografias, com seus respectivos títulos, autores, orientadores e ano de apresentação: “Educação Social de rua: possibilidades e limites de uma experiência” de Cátia Betânia Chagas, orientador: Dr. Pedro Demo, ano: 1997. “Educação Infantil, o impasse de uma política” de Amanda Simone Silva, orientadora: Dra. Luíza Salvindos S. Carvalho, ano: 2002, e “Programas de Transferência de Renda: um passo para a inclusão social” de Kariny Geralda Alves, orientadora: Ivante Salete Boschetti Ferreira, ano: 2003.

número 51 até 89, período entre agosto de 1996 e março de 2007, encontrou-se apenas 05 artigos com temas voltados diretamente para a relação educação e pobreza nas publicações desse período⁹.

Acrescenta-se que ainda, que se tratando de produções da pós-graduação do Departamento de Serviço Social e da Faculdade de Educação¹⁰, o número de teses e dissertações ainda é pequeno. Para constatar esse número, realizou-se busca temática com auxílio de bibliotecária da Biblioteca Central dos Estudantes (BCE) da UnB tendo em vista as palavras Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Programas de Transferência de Renda, Pobreza. Na produção da pós-graduação do Departamento de Serviço Social, encontrou-se, até o primeiro semestre de 2007, o total de seis dissertações relativas a esses temas¹¹. Já em relação às produções da Faculdade de Educação (FE), foram encontradas três dissertações¹² com os referidos assuntos teóricos. Vindo dessa mesma faculdade, houve a ocorrência de apenas uma tese. Ressalta-se ainda, que a fim de buscar mais aprofundamento quanto às possíveis linhas de pesquisa desenvolvidas por essa faculdade sobre a referida temática, estabeleceu-se contato

⁹ Os títulos, autores, número das revistas e ano desses artigos são: “Da opressão à educação, resenha referente ao texto de Vicente de Paula Faleiros, n. 83, ano 2005. “Educação e Cidadania” de Luiz Eduardo Wanderley, n. 62, ano 2000, “Pobreza e Educação: o avesso da cidadania” de José Willington Germano, n. 63 ano 2001, “Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social” de Carla Bronzo Ladeira Carneiro, n. 84, ano 2005 e “Pobreza, derechos humanos y política social” de Noberto Alayón, n. 81, ano 2004. O recorte temporal para análise dessas revistas remete ao período em que esses programas de transferência de renda passaram a ter maior visibilidade na sociedade, além de compreender à quase toda a numeração dessas revistas existentes na Biblioteca Central dos Estudantes (BCE) da Universidade de Brasília (UnB).

¹⁰ Escolheu-se esse Departamento e essa Faculdade por entender-se que seriam áreas a fins com o tema geral desta monografia.

¹¹ Essas dissertações do Mestrado em Política Social segundo título, autor/a, orientado/a, ano de defesa são respectivamente: “O programa bolsa-família: uma análise de seu impacto e alcance social”, autora: Camile Sahb Mesquita, orientadora: Potyara Pereira, ano: 2007. “O Programa Bolsa Família em São Luís (MA) e Belém (PA): um estudo sobre a relação entre a gestão local e os efeitos do Programa na condição de vida das mulheres”, autora: Paula Juliana Foltran Fialho, orientadora: Rosa Stein, ano: 2007. “Programa de transferência de renda e o enfrentamento da pobreza no Brasil: análise dos processos de formação e formulação do Programa Nacional Bolsa-escola (2001 - 2002)”, autora: Juliana Rochet Wirth Chaibub, orientadora: Denise Carvalho, ano: 2004. “A família como espelho: a pobreza material e política como obstáculo à aprendizagem reconstrutiva política”, autora: Janaína Augusta Neves, orientador: Pedro Demo, ano: 2006. “Mulheres chefes em famílias monoparentais: pobreza material e política em análise”, autora: Juliana Marques Petroceli, orientador: Pedro Demo, ano: 1997. “A política de assistência social no noroeste mineiro: política de cidadania e/ou armadilha da pobreza?” Autora: Luciana Lemos Antunes, orientadora: Potyara Pereira, ano: 2004.

¹² As produções da pós-graduação da Faculdade de Educação segundo essa linha temática: “Bolsa-escola e renda mínima e educação na visão das mães”, autor: Ricardo Gonçalves Pacheco, orientador: Erasto Mendonça, ano 2005. “Programa Bolsa Escola Federal: limites e possibilidades de uma política pública”, autora: Sonirza Corrêa Marques, orientadora: Regina Vinhaes Gracindo, ano: 2004. “Enfrentamento da pobreza e do trabalho infantil: um diálogo necessário entre a educação e as políticas de transferência de renda”, autora: Kattia de Jesus Figueiredo, orientador: Olgamir Francisco, ano: 2007. E a única tese encontrada: Programa bolsa familiar para a educação no Distrito Federal: Um estudo no Paranoá”, autora: Marilene de Albuquerque Ramos, orientador: Roberto Aparecido, ano: 1997.

com professora da FE e essa profissional informou que desconhecia pesquisas sendo desenvolvidas nesse tema, pelo menos no âmbito da graduação.

Verifica-se que o debate da inclusão social proposta por programas sociais apresenta-se como desafio para o Serviço Social, já que esta é uma profissão que mesmo inserida na lógica do capital, busca concomitantemente, oferecer alternativas de combate à pobreza (SILVA; CARVALHO, 2002). Portanto, esse é um tema que ainda carece de produção científica no bojo das discussões do Serviço Social. É nesse sentido, que se percebeu o quanto a temática da educação nas produções teóricas do Serviço Social é iniciante, principalmente quando relacionado ao programa Bolsa-Família.

Compreende-se que a importância desse tema para a produção científica centra-se no sentido de possibilitar maior visibilidade da temática da educação, de analisar a incidência do Bolsa-Família na vida escolar de alguns alunos e de afirmar a educação como um Direito Social.

2.2- Teoria: Luz para a investigação social

As principais fontes utilizadas para a construção teórico-metodológica são aquelas que tratam da temática da pobreza e educação. Portanto, alguns dos conceitos que nortearão a abordagem conceitual serão o de Pobreza, Desempenho Escolar e Transferência de Renda.

Inicialmente, há que se destacar que não existe um consenso quanto à definição do **conceito de pobreza**. É uma tendência recente atrelar a esse conceito o entendimento de outras necessidades humanas, como o conhecimento, a capacidade de aprendizagem, a participação social e outras formas que poderiam se referir a um padrão de bem-estar (POTYARA, C.P., 2006).

A partir da abordagem de Demo (2003), a pobreza é compreendida em uma proposta que se relaciona à multidimensionalidade desse fenômeno social. A pobreza é vista como insuficiência de recursos, já a pobreza política, é analisada como uma forma avassaladora da pobreza, uma vez que não permite ao indivíduo se perceber como sujeito, capaz de conhecer e construir a sua inserção histórica no espaço social. Assim, uma forma de enfrentamento da pobreza, em uma perspectiva crítica, não deve pautar-se em uma abordagem puramente residual e compensatória, por ser incapaz de atingir o cerne da pobreza. Entretanto, esse autor se posiciona no sentido da defesa de Políticas Sociais, que sejam vinculadas à educação, mas também em uma proposta redistributiva de renda.

Concorda-se que esse conceito de pobreza política se relaciona diretamente com os programas sociais, uma vez que sob a égide da educação, esses buscam garantir o mínimo de renda às famílias carentes para que essas possam manter seus filhos na escola.

Para além dessas conceituações, há que se pautar ainda que o conceito de pobreza é complexo e aqui percebe-se a necessidade de pontuar também um pouco da teorização sobre as necessidades básicas dos sujeitos. Pereira (2006) apóia-se na teoria das necessidades humanas de Doyal e Gouh para discutir esse tema. Nessa ancoragem teórica, são debatidos os determinismos das concepções naturalistas e culturais das necessidades humanas, e o que se defende é que as necessidades básicas são comuns às distintas culturas.

Em tal proposta, as necessidades básicas referem-se a aquelas vistas como primordiais e que são pré-requisitos para se atingir um estágio de cidadania e de autonomia crítica, entendendo essa como a capacidade para além da possibilidade de eleger, avaliar, mas de crítica com vistas à ação e à mudança. Ainda nesse construto teórico, a educação é o meio fomentador para a autonomia de agência¹³, defendendo uma educação que permita a capacitação profissional, intelectual e também a participação social.

Há outra contribuição nessa abordagem de Pereira (2006) que precisa ser destacada, a qual se refere aos critérios para a promoção do bem-estar, que são envolvidos por interesses distintos e antagônicos e, por vezes, o que prevalece na provisão social é a concepção moralista e pautada na ética do trabalho, pois de fato, o que se concede ao pobre é o mínimo e o que lhe é exigido, como forma compensatória, é o máximo.

Nesse contexto de definição sobre pobreza e necessidades humanas, é preciso destacar a influência da obra de Sen (2000) na atual configuração das políticas públicas em países como o Brasil. Inicialmente, esse autor parte do olhar que o mundo está repleto de problemas, como as desigualdades, a fome, pobreza, repressão estatal, e que o desenvolvimento seria a forma para se combater essas chamadas formas de privação de liberdade. É nesse sentido, que o objetivo central desse autor é demonstrar que ao se alcançar a liberdade individual, atingirá-se o desenvolvimento e que essa busca pela liberdade deve ser um comprometimento social.

Esse autor entende que se o desenvolvimento é uma forma de eliminar a privação de liberdade, então, o subdesenvolvimento é privar a liberdade, que se materializa na pobreza. Assim, a pobreza é vista como incapacidades individuais e que impossibilita o sujeito para a

¹³ Entende-se por autonomia de agência a forma mais elementar da autonomia, que existe quando as necessidades de saúde mental, habilidade cognitiva e participação são satisfeitas (PEREIRA *apud* DOYAL; GOUH, 2006).

ação, defendendo claramente que o combate à pobreza e desigualdade não deve ter um caráter redistributivo e muito menos capaz de tocar na estrutura econômica.

Todo esse argumento do autor se firma na diferenciação entre a desigualdade de renda e a desigualdade de capacidade, em que essa última engloba a necessidade do ser. Portanto, se dissocia renda de pobreza, e então, defende que se deve focalizar o atendimento no indivíduo e que sejam aumentadas apenas as capacidades do indivíduo para que esse obtenha a renda, uma vez que o aumento da renda é oriunda do esforço do indivíduo no próprio mercado e que a capacidade de empreender nesse mercado é fortalecida com políticas públicas e não com mudanças na estrutura produtiva (MURIEL, 2006).

As liberdades como meio, relacionam as diferentes liberdades (liberdade política, oportunidades sociais) e têm como fim atingir a participação econômica, o que fica claro segundo o próprio Sen:

“Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe de fato uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável” (SEN, 2000, p. 26).

Sen (2000) defende a necessidade de focalização para um público alvo a fim de evitar o direcionamento ambíguo das políticas e apresenta argumentos para que não haja transferência de renda, considerando dentre outros aspectos, que a transferência de renda trás a “distorção de incentivo”, que seria a perda da vontade dos indivíduos em participar das atividades econômicas, além dos “gastos administrativos e corrupção” que despender os recursos de forma ampla, propicia os atrasos burocráticos e a perda da autonomia individual, vinda da necessidade de se revelar como dependente daquela renda.

O pensamento de Sen é decisivo para a compreensão da dinâmica de execução dos programas de transferência de renda no Brasil, e no caso deste TCC, do Bolsa-Família. Nesse processo de aplicação prática das idéias senianas, as políticas públicas são verdadeiramente desvirtuadas, uma vez que são aliadas do mercado e não uma forma de proteção contra os avassaladores efeitos do mercado. A defesa clara da focalização nesse modelo teórico ignora a concepção de uma focalização que vise conferir mais atenção aqueles que já estão sendo atendidos e não de selecionar ou excluir os sujeitos da prestação de serviços, os quais devem ser essencialmente universais (BOSCHETTI, 2003).

No que se refere à elucidação de eixos temáticos que permearão análise do objeto de estudo, é preciso considerar a historicidade do programa Bolsa-Escola e nesse sentido a produção de Macedo e Aguiar (2002) retoma a discussão da forma como esse programa foi

sendo implantado no Distrito Federal e expandindo-se para outras localidades, além de trazer resultados de primeiras avaliações do programa. O aprofundamento desse processo histórico do Bolsa-Família estará concentrado no item três desta monografia.

A outra obra de Marcelo Aguiar (2006) apresenta um contexto analítico informações que compara o programa *Oportunidades* do México com as propostas da antiga Bolsa-Escola no Brasil e evidencia também dados sobre o atual estágio do programa Bolsa-Família no Brasil. Embora não seja esse o foco desta monografia, mas essa produção apresenta previamente a comparação com outros programas de transferência de renda na América Latina, o histórico da Bolsa-Escola no Brasil e discute a implantação e atual gestão do *Oportunidades*, que segundo esse autor, tem um formato semelhante ao dos programas de transferência de renda no Brasil.

Além disso, alguns dados apresentados visam estabelecer comparações entre o Bolsa-Família e o programa mexicano. Um desses pontos é a questão da focalização, que no caso do México, é um programa focalizado, com grande cobertura, mas que não há o atendimento para todos os setores das populações carentes daquele país. No caso do Bolsa-Família, trata-se de um programa com considerável cobertura, mas distante de um acompanhamento familiar, o qual muitas vezes é baseado, no caso da educação, em um aspecto formal e técnico, inexistindo praticamente a comunicação entre os órgãos gestores e os beneficiários.

Quanto ao conceito de **transferência de renda**, esse pode ser entendido como o repasse em dinheiro para aqueles cidadãos em situação de pobreza, previamente comprovada, e que podem alocar a renda recebida da melhor forma que considerarem (CHAIBUB, 2004), mas que no caso do PBF, ocorre a necessidade de contrapartida dos beneficiários por meio das condicionalidades.

Após consulta à especialista sobre o tema no Departamento de Serviço Social, Profa. Dra. Rosa Helena Stein, buscou-se uma obra que apresentasse os programas de proteção social com foco na Seguridade Social, e que trouxesse o debate dos programas na área educacional. Portanto, utilizou-se a obra de Myrtes e Brito (2004).

De modo geral, esse livro discute as características e faces dos programas Bolsa-Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vistos enquanto programas de transferência de renda no âmbito da Seguridade Social. A obra tem como hipótese que a Seguridade Social no Brasil é marcada por um viés histórico contraditório, inscrito tanto no campo da cultura da subalternidade, assim como, no enfrentamento da pobreza por parte do Estado.

Essa produção teórica apresenta o resultado de uma pesquisa empírica realizada no Rio de Janeiro e que concretamente discute as experiências dos dois mencionados programas os quais são analisados sob o recorte da centralidade do Trabalho e em relação à transferência de renda, discutindo a operacionalização desses programas no Brasil. O Programa Bolsa-Escola vinculava a permanência das crianças na escola, considerando para isso o controle da frequência escolar e, no caso do PETI, o objetivo é erradicar o trabalho infantil por meio de transferência de renda para as famílias que tem crianças entre 7 e 15 anos, envolvidos em situação de trabalho infantil.

A pesquisa é sistematizada pelas autoras por meio de análise qualitativas e quantitativas, valorizando a opinião e o saber dos entrevistados, que eram oriundos de diferentes esferas quanto aos programas, fosse na gestão ou no recebimento direto do benefício, o que pode corroborar com a proposta metodológica aqui apresentada e sem perder de vista a categoria de análise, desempenho escolar.

A contribuição dessa produção paira no sentido de visualizar que muitos dos resultados que foram elencados pelas autoras puderam ser abordados, ainda que em menor escala, no debate das categorias que compõem os resultados desse TCC. É apresentada como maior conclusão desse livro, o entendimento de que a lógica da ajuda e benevolência marca a gestão desses programas, o que é uma característica da Seguridade Social no Brasil e que o cenário investigado demonstra que ainda se está distante de uma proposta de proteção social universal.

Em relação ao conceito de **desempenho escolar**, Demo (2006) define a aprendizagem como um fenômeno complexo, permeado de por fatores determinantes e que a avaliação deve ser vista como um instrumento para auxiliar o professor na sua trajetória de ensino. Defende ainda, tomando por base os dados de 2003 do SAEB, que a aprendizagem é diferente de fazer com que o aluno vá para aula (DEMO, 2006). Assim, essa obra pôde ser subsídio para realizar a análise da categoria desempenho escolar, além de aproximar-se de uma definição de aprendizagem, ao posicionar essa como a capacidade do aluno ter condição de reflexão crítica quanto a sua inserção na sociedade.

O entendimento da categoria desempenho escolar demonstrou-se complexo e sem encontrar extensas publicações sobre essa temática. Entretanto, é perceptível, ainda que sob incipiente olhar, que o termo desempenho escolar é baseado em uma concepção de educação, vista como um meio para se conseguir espaço na sociedade do capital.

Essa visualização da educação, nessa vertente, tornou-se mais explícita com o advento das Teorias do Capital Humano, em que a educação formal passou a ser entendida, em

primeiro momento, como um mecanismo crucial para garantir que os indivíduos apresentassem maior produtividade e em segundo momento, que trabalhador invistisse na sua formação profissional para receber uma recompensa posterior e com isso, permitir que o Capital conte com os recursos humanos formados, necessários para produzir o desenvolvimento no contexto do modelo econômico imperante (CATTANI, 1999).

O pensamento já apresentado de Sen se vincula bem à ótica proposta pela Teoria do Capital Humano. O acesso à educação é uma forma de atender uma capacidade humana, mesmo que essa seja para romper como uma situação de privação de liberdade e construir o desenvolvimento. É distante de conceber a educação como forma do sujeito questionar a sua própria inserção nessa sociedade, mas sim a forma de buscar espaço na excludente sociedade do capital.

A Teoria do Capital Humano se justifica pela explicação de que cabe ao trabalhador ver na educação uma forma de se manter no mercado de trabalho, e caso isso não ocorra, o sujeito responsável por isso é o próprio trabalhador, que por não ter se capacitado não estava em condições de ser empregável. Não se discute que o modelo de educação vigente é pautado em perspectiva exatamente para produzir a segregação e exclusão e não para se buscar emprego e inserção social para todos os sujeitos.

É sob esse olhar, onde se analisa que, em termos de avaliação de políticas, um eixo que sempre se faz presente na pauta de avaliações de diferentes governos, é a avaliação educacional (WORTHEN, 2004) e sempre há a necessidade de medir, indicar ou auferir a categoria de desempenho escolar, o que se apresenta por meio de diferentes metodologias, seja considerando o desempenho escolar meramente qualitativo ou quantitativo.

Demo (2006) considera que é necessário saber avaliar e mais que isso, de avaliar bem. Isso porque a verdadeira avaliação torna-se importante instrumento de descobertas, capaz de evidenciar o bom ou mau, o alto ou baixo desempenho escolar, e com isso encontrar as causas explicativas para esse resultado e garantir o direito de aprendizagem do aluno. Nesse processo, o desempenho escolar é visto como complexo e permeado de fatores que podem influenciá-lo. É para além de uma dimensão meramente quantitativa, mas também não deve ser desapropriado dessa dimensão. Trata-se de conceber uma avaliação séria e crítica, capaz de evidenciar o desempenho escolar de forma processual, quanti-qualitativa e reflexiva.

Esse mesmo autor pontua ainda que no ensino público passa a existir, como forma de mensurar a aprendizagem, uma tendência a fazer relatórios de avaliação ou comentários, mas que feitos de forma despreparada se concretizam de fato, como esvaziamento da noção de avaliação e forma de tornar esse processo nada contributivo para o aluno. Ainda nesse debate,

Schwartzman (2006) pontua que com a progressão automática dos alunos, o fluxo escolar melhorou, mas a necessidade de avaliação foi colocada em descrédito, fazendo com que ocorra a aprovação, mas sem controle da aprendizagem desse aluno.

Assim, concorda-se com Demo no sentido que pensar desempenho escolar é pautar-se na complexidade do processo educacional, e de forma aproximativa é medir relações sociais de aprendizagem.

Ressalta-se que nesse construto da conceituação teórica também, foram recuperadas obras referentes à historicidade do nosso objeto de estudo, o programa Bolsa-Escola, sendo que essas que permitiram realizar o resgate da implementação dos programas de transferência de renda no âmbito da Ceilândia, assim como o perfil da população beneficiada.

Além disso, é destacada também a contribuição do texto de Sousa (1998) que apresenta alguns resultados de uma avaliação do programa Bolsa-Escola em vários setores: moradia, alimentação, saúde, educação no Distrito Federal. Apresenta uma metodologia de análise do programa pautada no impacto do programa para as famílias beneficiadas. Uma das conclusões apresentadas no estudo é que, no foco da educação, as famílias beneficiadas não percebem uma mudança significativa no desempenho escolar dos alunos e na relação professor-aluno (SOUSA, 1994), o que vai de encontro com algumas constatações que serão apresentadas nos próximos itens.

2.3 – Metodologia: em busca da aproximação do objeto

O procedimento metodológico para a investigação da realidade em foco se constituiu em bases qualitativas, uma vez que se compreende que a realidade social é expressa de dinamismos, seja nas ações individuais ou coletivas dos sujeitos, as quais são expressas de forma contraditória. Portanto, a técnica e a metodologia das Ciências Sociais são instrumentos para se buscar uma aproximação dessa realidade em estudo, o que se configura em um trabalho complexo e não é apresentado de forma acabada e completa (MINAYO, 1994).

Após relevamento documental e bibliográfico, visando à organização de evidências para a execução do trabalho de campo, foram realizadas 22 entrevistas incluindo profissionais, técnicos, funcionários, que discutem o programa cotidianamente e beneficiários diretos do programa. O primeiro momento do percurso metodológico adotado se refere à aproximação do espaço empírico da pesquisa. Foi buscando o contato com a Direção da escola Classe 22 da Ceilândia-Sul e também com os secretários escolares, que se obteve a

autorização para freqüentar a escola, assim como coletar as informações para a execução dessa pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas¹⁴ para essas fontes-chaves na escola tendo em vista que os secretários escolares eram os responsáveis diretos para fazer o acompanhamento dos alunos beneficiados, controle de notas e freqüência escolares, enquanto a segunda fonte apresenta-se como intermediária para o diálogo entre a pesquisa e os atores da escola como os alunos, professores e funcionários.

O outro passo que se considerou foi a submissão desse projeto de pesquisa ao Conselho de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, a fim de obter aval ético para a execução pesquisa. Porém, esse conselho não se encontrava em funcionamento no período exequível do trabalho de campo. Além disso, o Termo de Consentimento¹⁵, que é um instrumental que vem ganhando visibilidade nas Ciências Sociais, foi pensado e utilizado para algumas fontes entrevistadas, porém alguns desses (principalmente as mães beneficiadas) se negaram a assinar esse termo. Dessa forma, garantiu-se o anonimato dessas entrevistadas, assim como, para os outros atores que participaram dessa pesquisa.

O segundo passo metodológico visava à elaboração de uma divisão e formar grupos entre os alunos que recebiam o PBF e aqueles que não recebiam, sendo esses alunos de apenas uma turma e de um único turno. Posteriormente, pretendeu-se realizar uma análise comparativa entre os dois grupos, tendo em vista a variável desempenho escolar. Especificamente, nesse momento, buscou-se elaborar uma comparação de notas dos alunos, referente ao período de pelo menos um ano de permanência dos alunos na escola. Porém, em campo, esse passo não se concretizou dessa forma. Com a implementação do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA)¹⁶, a avaliação dos alunos não é mensurada em notas ou menções, o que torna a aproximação da variável desempenho mais dificultosa. Realizou-se ainda análise dos relatórios de uma turma, já sabendo, com auxílio dos secretários escolares, quais alunos eram aqueles beneficiados ou não.

¹⁴ O roteiro dessa entrevista encontra-se no item 07 desta monografia, anexo número 01.

¹⁵ O modelo do Termo de Consentimento utilizado encontra-se no anexo número 10.

¹⁶ O BIA começou a ser implantado pioneiramente na cidade da Ceilândia no ano de 2005 e é uma estratégia prevista na lei n. 11.274. Constitui na proposta de completar a alfabetização dos alunos sem que esses sejam reprovados em nenhuma das etapas, que compreende o período de três anos. Nesse modelo, a avaliação do grau de alfabetização dos alunos é sintetizada em um Relatório de Acompanhamento do Aluno que é preenchido, em um parágrafo, pelo professor ao final de cada bimestre. Fonte: <<http://www.redandi.org>>

Foi buscando um entendimento mais ampliado quanto à implementação do programa e da sua contribuição para o desempenho escolar, que se realizou entrevista semi-estruturada¹⁷ para interlocutores diretos do programa como as famílias dos próprios alunos beneficiados. Nesse momento, foi possível entrevistar as mães dos alunos beneficiados, por serem elas que estavam na escola em momento de reunião pedagógica.

As entrevistas realizadas com algumas professoras tiveram como objetivo investigar a visão dessas profissionais que lidam cotidianamente com os alunos, sejam esses beneficiados ou não, o que se revelou como importante visão quanto ao programa, uma vez que se abdicou da realização de observação participante, em função do tempo para a execução do trabalho de campo e da possível influência sobre o ator pesquisado: “É possível que, no início, mesmo que o pesquisador seja aceito, os grupos observados ajam de maneira diferente do normal, o que resultará em distorções que invalidarão suas observações” (SORIANO, 2004, p. 147).

Buscou-se também analisar a realidade do programa sob a ótica de atores responsáveis pelo PBF em grau de gestão e execução e também de avaliação. Por isso, foram entrevistados um responsável pelo programa na Secretária de Educação (SE) do GDF, uma técnica gestora no MDS, uma técnica gestora do Ministério da Educação (MEC) além de pesquisadores do tema, sendo uma vinculada à Secretária de Saúde e mestranda do Departamento de Nutrição da UnB e outros dois pesquisadores vinculados ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Foram estabelecidos inúmeros contatos com a Regional de ensino na Ceilândia a fim de marcar entrevista com algum técnico desse órgão, porém os mesmos manifestaram que a pessoa mais adequada para essa entrevista seria a mesma da SE¹⁸.

É preciso ressaltar ainda, que no percurso metodológico, privilegiou-se a participação ativa em momentos de debates coletivos relacionados ao tema. Por isso, a participou-se de uma aula de um curso de especialização para gestores de todo o país do PBF, promovido pelo Ministério da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) o que foi possível por meio de informante do IPEA. Participou-se também de reunião de pais e professores na escola classe 22, momento esse que foi possível tanto a realização de entrevistas, como de percepção da dinâmica escolar. Além disso, assistiu-se a defesa de uma tese de mestrado no Departamento

¹⁷ O roteiro dessa entrevista encontra-se no anexo número 05

¹⁸ Nesse item, excluiu-se a realização de entrevistas das crianças, para não expô-las duas vezes na mesma pesquisa, seja por meio da análise das notas, seja por meio de entrevistas. Além disso, do ponto de vista da análise de dados, é difícil analisar o discurso infantil, assim como não se pretende desenvolver uma metodologia própria de auferir desempenho escolar, uma vez que essa categoria é demasiadamente complexa e que essa tarefa pode ser melhor desenvolvida por profissionais que dominam a técnica da avaliação educacional, neste caso, por profissionais da educação.

de Nutrição da Universidade de Brasília, que tinha como tema as condicionalidades do PBF no setor da saúde, tendo como espaço empírico a região administrativa da Ceilândia e a contribuição desse trabalho será destacada no item quatro desta monografia.

A última etapa metodológica constituiu-se em na análise dos dados, como transcrição das entrevistas, releitura do material bibliográfico, organização das evidências e a escrita do texto final para apresentação na defesa do TCC.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

3.1- Do Bolsa-Escola ao Bolsa-Família

A compreensão da concretização da Política de Assistência no Brasil perpassa uma construção histórica marcada por interesses de classes distintos e tem como marco legal a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Entretanto, a materialização dessa política enquanto um direito social é uma efetivação cotidiana, presente nas correlações de forças e na ampliação de discussão dessa temática.

É baseando-se no contexto da década de 80, que Waiselfisz (1998) denomina de refundamentação o papel da educação nos processos de desenvolvimento, e esta visão foi impulsionada pelo processo de globalização e transformações tecnológicas. A educação não passa a ser vista como apenas um gasto social do Estado, mas como um requisito para o desenvolvimento econômico.

Assim, é nesse contexto que se impulsionou a idéia de concretizar políticas que viabilizem a universalização da educação, enquanto política social com grande potencial de combate à pobreza. Inicialmente, a Bolsa-Escola foi uma proposta no sentido, dentre outros aspectos, de universalizar o ensino para os setores da população mais afetados pela exclusão social.

Cabe destacar, que segundo Macedo e Brito (2004), o debate político em torno de um projeto de lei de renda mínima universal foi, em grande medida, impulsionada pelo senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT). A proposta apresentada consistia na criação de um programa de renda mínima nacional universal, mas que não foi implementada, ressaltando-se, dentre um conjunto de aspectos e justificativas, a não possibilidade de financiamento de um programa de tamanha abrangência, o que não é verdade, conforme demonstrado por Lavinhas (2004), em que apresenta algumas alternativas concretas o financiamento esse programa de cunho redistributivo.

Considerando a conjuntura política do início da década de 90, com as crescentes campanhas pela ética na política e também contra a fome e a pobreza, além de outros aspectos que compõem esse cenário, instaurou-se um programa de complementação de renda, tendo como condicionalidade a frequência escolar.

Segundo Aguiar e Araújo (2002), inicialmente, a antiga Bolsa-Escola foi formulada há 20 anos, em 1987, no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da UnB que tinha como objetivo a discussão sobre a universalização da educação básica e ensino médio. Porém, o nome Bolsa-Escola só surgiria em 1994.

A proposta inicial da Bolsa-Escola era articular a renda direta para as famílias carentes e exigia-se a manutenção dos filhos nas escolas. No entanto, houve vários argumentos contra a implementação desse programa duvidando-se dos impactos positivos do desse no desenvolvimento nacional. Paralelamente aos argumentos contrários, havia aqueles à favor da implantação da Bolsa-escola, que defendiam um programa que semelhante ao incentivo dado à pós-graduação, propondo para isso, o custo de 1% do orçamento da União, destinado para esse programa.

A Bolsa-escola tinha como proposta o combate ao trabalho infantil e a garantia da universalização da educação básica, por meio de concessão de bolsas às crianças das famílias pobres, que frequentassem regularmente a escola e ao longo dos anos passou a ser implementada por alguns estados brasileiros com nomes específicos, diferentes do programa original.

Em 1995, no interior do estado de São Paulo, iniciou-se o projeto renda mínima. O programa procurava atender as famílias com membros adultos, crianças e adolescentes em situação de risco e de rua, ou seja, era um programa de proteção à família. Já a Bolsa-Escola procurava atender o público escolar, sendo caracterizada como uma política social que visava o acesso de todos ao ensino básico.

A condição política que possibilitou a concretização da Bolsa-Escola foi que em 1994, quando Cristovam Buarque, assumiu como governador do Distrito Federal, ocorreu a implementação desse programa em 1995, obtendo espaço para adesões e atraindo a atenção da imprensa nacional e internacional. A partir de 1995, a Bolsa-Escola passou a ter uma maior visibilidade tanto nos projetos sociais nacionais como internacionais e em 1996, a Bolsa-Escola recebeu o prêmio Criança e Paz, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A Organização não-governamental (OnG) Missão Criança, presidida por Cristovam Buarque, tinha como objetivo a divulgação e cooperação técnica com os municípios, estados

brasileiros e outros países na elaboração de programas de combate à exclusão social. A Missão Criança contribuiu na implementação da Bolsa-Escola no Equador em 1999 e em países Africanos, El Salvador, Guatemala e na América Central.

O programa Bolsa-Escola Federal foi lançado em 2001, pelo então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, o que permitiu transformar uma idéia implementada em Brasília em um programa social de transferência de renda nacional ¹⁹. No final de 2001, quase 5.500 municípios do Brasil, possuíam o programa Bolsa-Escola. Nesse mesmo ano, a proposta da Bolsa-Escola foi apresentada sob o nome *Minimum Income School Attendance (MISA)*, na conferência de Bruxelas, como instrumento para aliviar a pobreza nos países mais pobres do mundo (AGUIAR; ARAÚJO, 2002).

Com a mudança da gestão governamental do Distrito Federal e com outras questões que compunham o cenário político da época, a Bolsa-Escola, passou por reformulações e mudanças de nome. No primeiro semestre de 2001, o GDF e a Secretária de Educação instituíram o programa Renda Minha, que mantinha a mesma proposta de garantir um auxílio mensal de R\$ 45,00 por criança às famílias consideradas carentes, segundo os critérios de elegibilidade do programa. Além disso, era oferecido o *Kit* escolar que continha materiais escolares e uniformes para os alunos e também a provisão de tratamento odontológico e reforço escolar.

Já em 2005, o Bolsa-Família concretiza-se no Brasil como um programa de transferência de renda que integra os demais benefícios de Bolsa e auxílios (Programa Nacional de Renda Minha Vinculado à educação, Programa Nacional de Alimentação, Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás). Esse programa integra a estratégia do governo federal do Fome Zero, que visa garantir a todos os brasileiros o direito a alimentação saudável e diária. O Bolsa-Família, dentro dessa lógica, pretende erradicar a fome por meio da transferência direta de renda (AGUIAR, 2006).

Segundo o MDS, o PBF atua em duas linhas de entrada dos beneficiários: a primeira, que se refere à situação de extrema pobreza, em que os critérios de elegibilidade são famílias com renda *per capita* mensal de até 60,00 reais mensais. O benefício básico nesse caso é no valor de 50,00 reais e até 3 benefícios variáveis no valor de 15,00 reais cada, chegando ao máximo a 95,00 reais, no caso de três membros, sendo esse o número máximo de membros.

¹⁹ A extensa discussão do cenário político desse momento em questão e também dos concretos fatores que levaram à instauração do Bolsa-Escola Federal, encontra-se melhor debatido em: CHAIBUB, Juliana Rochet Wirth. **Programas de transferência de Renda e o Enfrentamento da Pobreza no Brasil: análise dos processos de formulação do Programa Nacional de Bolsa-Escola (2001-2002)**. 2004. 152 f. Tese (Mestrado) – Mestrado em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

A segunda linha que trata da situação de pobreza, em que a renda *per capita* mensal varia de 60,01 a 120,00 reais, em que a quantidade de benefícios é variável também, sendo 15,00 reais para uma criança ou adolescente de zero a quinze anos, chegando ao máximo a 45,00 reais no caso de três filhos por família.

Há também o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) que é concedido às famílias dos programas remanescentes já referenciados, em situações que o processo de migração para o PBF traga perdas financeiras à família em questão e o valor concedido é variável.

As condicionalidades do Programa se centram na atenção à saúde, à educação e nas medidas sócio-educativas. Uma dessas é frequência escolar do aluno beneficiado que deve ter 85% de presença nas aulas. A segunda condicionalidade na saúde é considerar que a criança de zero a seis anos de idade tenha o seu cartão de vacina em dia e também o acompanhamento de gestantes e nutrizes. E a condicionalidade centrada nas ações sócio-educativas seriam ações do campo da Assistência Social, mas que ainda não foram instauradas no programa de forma abrangente, segundo informações de técnicos do próprio MDS. O mesmo ocorre quando se refere ao acompanhamento de gestantes e nutrizes.

O Bolsa-Família não integra o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS). Os recursos desse programa são originários basicamente do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza (FCEP). Segundo o relatório de Avaliação desse programa elaborado pelo TCU em 2004, o Bolsa-Família recebeu mais de cinco bilhões de reais, sendo desses 68,6% originários desse fundo.

O Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza foi criado pela Lei Complementar nº111 de 2001 que tem como objetivo viabilizar níveis básicos de sobrevivência aos indivíduos e dispor de recursos para ações voltadas para nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar para indivíduos cuja renda *per capita* seja inferior à linha de pobreza. Essa lei também dispõe sobre a origem dos recursos desse fundo (BRASIL, 2001).

Em 2005, embora esse Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza tenha sido responsável por 30,6% da função orçamentária da Assistência Social, não significa que esse fundo seja exclusivo da Política de Assistência Social, uma vez que contribui para outras políticas, contrariando princípios da LOAS, no que se refere à exclusividade dos recursos da Seguridade Social (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006).

3.2- A população ceilandense beneficiada:

Historicamente, a cidade da Ceilândia foi a configuração de exclusão social. A cidade foi a alternativa encontrada pelo governo da época para impor a retirada dos moradores da antiga vila do Iapeí, e das favelas Vilas Tenório, Bernardo Sayão e Colombo, Esperança e Morro do Querosene e do Urubu que ficavam nas proximidades do Plano Piloto. Essa população foi literalmente deixada em um local sem infra-estrutura, cabendo aos moradores a edificação e construção da cidade, enquanto espaço urbano, e que ao longo dos anos foi assistida pelos governos por um viés assistencialista. Atualmente, essa cidade possui mais de 350.00 mil habitantes, e que na sua maioria ainda não são sujeitos de direitos das Políticas Sociais (SOUSA; MACHADO, 1999).

O perfil das mães de alunos beneficiados se tornou bastante evidente com a realização de entrevistas. Trata-se de mulheres, em grande maioria, negras, de baixa renda, desempregadas ou inseridas no trabalho informal, ou empregadas domésticas. Considera-se aqui importante destacar que o trabalho doméstico é uma atividade caracteristicamente feminina, conforme pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). Segundo essa pesquisa de cunho nacional, no ano de 2004, mais de 6 milhões de pessoas foram consideradas trabalhadoras domésticas e desse total, 93% eram mulheres, dentre as quais 25% tinham carteira assinada.

Nessa mesma pesquisa, quando é feito o recorte por região, destaca-se que no Distrito Federal é encontrada a maior taxa de trabalhadoras domésticas com relação ao total de mulheres (20,2%). Esse estudo perpassa ainda por outras caracterizações que corroboram com o perfil das mães que foram entrevistadas para compor esta monografia. Dentre esses aspectos, encontra-se a questão que para a maioria das mulheres negras de diferentes regiões, o trabalho doméstico é a alternativa de trabalho encontrada para boa parcela delas. Quanto à escolaridade, 75% das trabalhadoras domésticas brasileiras têm no máximo o Ensino Fundamental completo e a maioria tem como condição de trabalho, o vínculo enquanto diarista.

Há que se considerar que esse perfil vai de encontro com aquele apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo demográfico de 2000, onde se apresenta que no Brasil havia 19 milhões de famílias e 25% dessas eram chefiadas por mulheres, as quais são, em grande parte, negras, com baixo grau de escolarização e inseridas no trabalho informal.

Desde o período de implantação da Bolsa-Escola, as mães apresentam um papel importante no que se refere ao recebimento e gerenciamento dos recursos dos programas de transferência direta de renda. Segundo, Aguiar e Araújo (2002), o empoderamento da mulher torna-se evidente nas pesquisas realizadas no México e no Brasil, visto que as mães são as responsáveis pelo recebimento do benefício, o seu papel social se modifica e passa a ser gestora dessa renda.

Outro aspecto ressaltado por esses autores é o aumento de auto-estima tanto das mães como dos próprios alunos, por se tornarem mais presentes nas decisões familiares. Já esse aspecto, e outros destacados tão claramente nessas pesquisas, não se revelou de forma tão direta na fala das mães, como será apresentando nos próximos itens.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

O desenvolvimento dessa pesquisa visou coletar, organizar e analisar dados sobre o atual estágio do comprometimento do Bolsa-Família com a categoria desempenho escolar, no âmbito da educação formal. Buscou-se traçar um panorama do programa Bolsa-Família no que se refere à incidência dessa categoria na trajetória escolar de crianças de baixa renda. Esse aspecto foi analisado majoritariamente com as entrevistas realizadas com as mães desses alunos beneficiados e complementado com a realização das entrevistas para os técnicos e especialistas dos órgãos já mencionados. A realização desse trabalho de campo permitiu perceber que outros desdobramentos oriundos do recebimento do programa também fazem parte do cotidiano dessas famílias, e portanto, serão apresentados em seguida.

4.1. A categoria desempenho escolar:

O primeiro passo de aproximação dessa categoria de análise se deu com a verificação dos Relatórios de Acompanhamento do Aluno, realizada com auxílio dos secretários escolares. Para isso, identificou-se uma turma que possuía maior número de alunos beneficiados. É preciso destacar que, segundo informações desses profissionais, as turmas da escola como um todo não têm mais um acentuado número de alunos inseridos nos programas de transferência direta de renda. Segundo eles, isso ocorre pelo fato de que muitos desses alunos já terminaram a última série que é oferecida naquela escola.

Foram analisados os relatórios de uma turma da 3ª etapa do BIA, que haviam acabado de concluir os dois primeiros bimestres letivos. Nessa turma havia 23 alunos no total e desses apenas 06 alunos que eram beneficiados, sendo que desses apenas 01 apresentava, segundo o relatório, dificuldades de aprendizagem. Destaca-se ainda que nesse grupo de 23 alunos, 02 estavam de “recuperação”, ou seja, não haviam atingido o grau de aproveitamento escolar proposto pela professora, e ressalta-se que esses 02 alunos não eram beneficiados.

Destaca-se que o número de faltas desses 06 alunos beneficiados é bem menor quando comparados ao da maioria daqueles que não beneficiados. Essa análise, ainda que feita sobre uma amostra restrita, suscita que há uma equivalência de desempenho escolar entre os alunos beneficiados ou não, o que demonstra que o recebimento da renda oriunda desses programas não é decisivo para o aproveitamento escolar, evidenciando a complexidade dos fatores que podem ser influenciados (ou não) por um acréscimo na renda familiar.

A segunda etapa metodológica realizada, no sentido de aprofundar o entendimento dessa categoria, foi a realização de entrevistas, que foram aqui analisadas de acordo com os grupos entrevistados. Primeiramente, para a maioria das mães entrevistadas, é atribuído ao recebimento do benefício uma grande diferença na renda familiar, o que lhes permitem adquirir melhor condição de alimentação, vestuário, aquisição de material escolar para os filhos. Já quando instigadas sobre a possível melhoria do desempenho escolar dos filhos e da aprendizagem desses na escola, foi freqüente a afirmação, por parte das entrevistadas, que a criança já era muito competente antes do recebimento do benefício e que esse não era um estímulo direto para fazer com que as crianças tivessem maior interesse em ir para a escola:

“[...] não vejo tanta diferença assim, não é porque é minha filha, mas minha filha já era uma excelente aluna” (Mãe de aluna de 10 anos).

No mesmo sentido, para as professoras, o fato do aluno receber essa renda direta não implica em ter melhor ou pior desempenho. Reconhecem que esse processo de sucesso ou insucesso educacional é determinado por vários aspectos, que se relacionam com a complexidade do fenômeno da aprendizagem. Quanto ao fato de perceberem maior estímulo em vir à escola por parte dos alunos, as profissionais são unânimes em ressaltar que essa a preocupação com a permanência do aluno na escola parte dos responsáveis pelo aluno:

“[...] até tinha mãe que chegava na sala e pedia pra gente colocar freqüência para o aluno com medo de que ela perdesse a bolsa. A preocupação era vir para a escola e ganhar presença [...]” (Professora).

Algumas professoras apresentam que atualmente o contato delas com a discussão e participação nos programas de transferência de renda é praticamente inexistente, uma vez que se trata de repassar o número de faltas para os secretários escolares, o que para algumas delas,

representa um ponto positivo, pois se tornam imparciais na questão do programa no âmbito da escola. Consideram ainda que esse é um aspecto diferente daquele da Bolsa-Escola, pois algumas afirmam que nesse período elas tinham maior conhecimento e debate no que se refere a esses programas de transferência de renda no espaço escolar.

Para outros profissionais entrevistados, de órgãos que lidam com a gestão e acompanhamento das condicionalidades do PBF, apresentam que a condicionalidade da frequência escolar é uma avanço na medida em que se permite maior contato dos alunos com o meio pedagógico. Ressaltam que a frequência escolar é uma forma de permitir maior acompanhamento da família beneficiária:

“Mas pra que serve isso, a frequência? Para mostrar que além da situação de pobreza, a família pode estar em outra situação de risco, que pode ser violência, falta de alimentação [...]” (Gestora, MEC).

“O nosso objetivo não é só ver, punir, mas sim verificar, que não estão cumprindo a condicionalidade e analisar o porquê disso não está ocorrendo. Já se sabe que essas famílias são extremamente carentes e que por trás da pobreza há uma relação de vulnerabilidade anterior” (Gestora, MDS).

Algumas entrevistadas pontuam também que a condicionalidade da frequência pode não incidir diretamente sobre o desempenho escolar, mas seria uma forma de possibilitar acesso a serviços básicos, como a saúde e educação, que são de prestação obrigatória por parte do Estado:

“Você nesse processo de condicionalidade está estimulando, provocando para que essas pessoas se despertem para um direito básico, que é a Educação” (Gestora, MEC).

Algumas das gestoras entrevistadas, em nível distrital, ressaltam que a categoria desempenho escolar deve ser atribuída como uma nova condicionalidade para o programa, ressaltando que seria um estímulo para que o aluno obtivesse mais motivação para buscar um melhor sucesso na vida escolar:

“Aqui no DF nós estamos pensando nisso, mas no sentido de não punir esse aluno, mas numa forma de garantir incentivo, de bonificar aquele aluno que teve um melhor desempenho no final do ano, no sentido de contribuir à família pelo sucesso do filho” (Gestora, SE).

Entretanto, essa proposição não é unânime entre os especialistas e técnicos entrevistados. Para alguns desses, principalmente aqueles em esfera do Governo Federal, a criação de mais uma condicionalidade tiraria do programa o fato de ter condicionalidades legais, ou seja, aquelas vistas como necessidades de todos os cidadãos (Educação, Saúde), além disso, deixaram claro que, em âmbito federal, isso não está em pauta de discussão até porque a própria legislação do PBF que não permite aos municípios criarem

condicionalidades. Mas, em se tratando de programas regionais, como é o caso do Renda Minha do Distrito Federal, isso é possível.

Ressalta-se ainda que nas entrevistas realizadas a proposição por parte da presente aluna, foi de negar o desempenho escolar como mais uma condicionalidade e de ter esse apenas como uma categoria de análise e é posterior a questões mais históricas e políticas que emergem em se tratando de educação de qualidade. É por isso que se concorda com profissional do MDS:

“Eu acho que primeiramente é preciso você investir na qualidade das escolas, das instalações, dos professores, na qualidade dessa educação que será oferecida. E é uma coisa que eu acho muito contraditória”. (Gestora, MDS).

Há que se considerar ainda que junto aos especialistas entrevistados, quanto à possível relação entre PBF com a categoria desempenho escolar, não há evidências investigadas ou pesquisadas que permitem fazer afirmações quanto à relação dessa categoria de análise com o atual PBF, assim como dados específicos sobre a realidade da Ceilândia.

O único trabalho encontrado nesse sentido, é aquele produzido por técnica do MS, referente a sua dissertação de mestrado. Nesta dissertação²⁰, o debate das condicionalidades é focado no setor da saúde. A população analisada é a da Ceilândia, pelo fato de ser uma cidade em que há grande número de beneficiados, conforme levantamento feito por Paiva junto ao MDS. A caracterização da população beneficiada nessa dissertação vai de encontro com aquela já descrita neste trabalho.

Quanto à condicionalidade na saúde, Paiva (2007) destaca que esses beneficiados conhecem essas obrigações referentes ao programa, mas verifica que as pessoas que já iam buscar o atendimento da saúde antes de receber o benefício, continuam buscando esse atendimento, e que esse público não vê melhoria no atendimento prestado. Esses mesmos aspectos destacados corroboram com a realidade aqui apresentada quanto à condicionalidade educacional, considerando-se para isso as falas das mães entrevistadas.

Essas evidências coincidem também como aquelas apresentadas por Sousa (1998), pois nessa produção teórica, a autora destaca a questão da frequência escolar e demonstra com as mães entrevistadas, que a ida à escola já era uma obrigação dos alunos e da família em cobrar essa frequência. Muitos delas reconheciam isso nas suas colocações e que, além disso,

²⁰ No momento da escrita desta monografia, a dissertação de Paiva (2007) já havia sido defendida, porém encontrava-se em fase de revisão, e ainda não havia sido disponibilizada ainda no Departamento da Nutrição. Mas uma vez considerando, que já ocorreu a defesa de desse trabalho, assim como publicação dos resultados dessa pesquisa, além da autorização da própria autora, é que se utiliza a contribuição dessa produção.

a Bolsa-Escola era uma ajudava no orçamento familiar e não pontuaram mudanças quanto ao desempenho escolar dos filhos.

4.2- As categorias renda familiar e trabalho infantil:

Sobre essas categorias, ressalta-se que foi ao longo da execução do trabalho de campo que se evidenciaram essas outras questões e considerou-se importante destacar a fala dos sujeitos entrevistados quanto a esses outros aspectos da realidade investigada.

Entre os especialistas entrevistados, esses particularizaram sobre um dos pontos positivos do programa, que paira sobre a questão da focalização do programa explicando que há um grande volume de recursos que fazem parte do fundo desse programa e que são destinados para o grande contingente de pessoas mais pobres do país, o que segundo um dos especialistas entrevistados, incide significativamente sobre a desigualdade social. Para essa afirmação, esse entrevistado considera o grande hiato de pobreza, que é quanta renda cada família têm a menos da linha de pobreza. Portanto, por esse olhar, há uma diferença substancial na renda mensal, mas se for considerado a análise pela proporção de pobres, não se consegue levar a pessoa além da linha de pobreza, embora melhore as condições de subsistência dessas famílias.

Cabe destacar nesse ponto que, segundo Pereira (200?) a focalização apresenta-se como a alternativa oposta aquela da universalização, que situa a pobreza em um caráter individuado, distanciando a responsabilidade do Estado perante a prestação das políticas públicas. E mais, considera que essas ações e programas de combate à pobreza apresentam-se “inovadoras, neutras e facilmente controláveis” (PEREIRA, 200?, p. 05) o que se distancia cada vez mais de uma proposta de equidade social. É relevante também o debate de Macedo e Brito (2004) sobre a problemática da focalização, que é vista segundo a lógica da seletividade, onde se elege e seleciona um alvo beneficiário, permitindo concretizar esses programas em uma alternativa excludente e residual na sua intervenção.

Entre os responsáveis pelos alunos beneficiados, são unânimes as afirmações quanto à contribuição para a renda familiar, uma vez que também foi freqüente a resposta com relação ao fato dos mantenedores familiares serem trabalhadores informais:

“Meu marido não tá fixado, foi por isso que corri atrás do benefício” (Mãe de aluna de 10 anos).

Ressaltam ainda que essa renda oriunda do recebimento do PBF faz diferença na aquisição de alimentos e outros objetos de necessidades individuais dos próprios filhos:

“Aí, o dinheiro que eu recebo dela eu uso pra os três. Olha só, eu uso óculos nos três, daí com esse dinheiro eu consigo colocar óculos para elas, que são fortíssimos” (Mãe de alunos de 05, 07 e 11 anos).

Além desses aspectos, as responsáveis pelos alunos fazem referência, ainda que de forma indireta, ao fato de com melhoria na renda familiar, os filhos deixam de serem expostos à necessidade de serem inseridos no mercado de trabalho. É preciso considerar que o PETI é um programa que visa erradicar o trabalho infantil e atender famílias em situação de vulnerabilidade social e que nesse caso há uma relação de complementaridade entre esses programas e que também demonstra a condição de precarização do trabalho desses familiares.

“Fez sim, esse dinheirinho fazia diferença, ela podia comprar as coisas que ela precisava, material para a escola, ela não podia trabalhar, e o dinheiro que eu ganho não dava para tudo, porque eu trabalho com faxina, e aí já viu, né, é pouco mesmo” (Mãe de ex-aluna beneficiada de 15 anos).

É preciso ainda considerar que diante das problemáticas, evidências e questões aqui apresentadas é preciso problematizar a face complexa desse programa, pois é visível que esse, ao passo transfere renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social, incide também sobre a situação de pobreza material e que as condicionalidades postas não são sinônimo de mudança na qualidade de serviços básicos prestados, mas sim uma forma trazer alguma contrapartida para a participação do programa.

Essa questão dual, se expressa bem ao analisar que, conforme aqui já apresentado, tomando como fonte o especialista do IPEA, o programa não vai além da linha de pobreza, porém torna possível o fato de que a criança se escolarize, o que potencialmente pode significar sair da linha de pobreza, além de garantir alguns dos direitos constitucionais do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

4.3- Participação e mobilização comunitária:

As entrevistas realizadas com funcionários da escola, dos distintos seguimentos (secretários, técnicos escolares) permitem a discussão de que o programa ainda está distante de uma proposta político-pedagógica, principalmente para os pais. Muitas vezes, esses não percebem a escola como um espaço de mobilização comunitária e o interesse pelo acompanhamento dos filhos é pautado em relação à frequência desse às aulas e não com o grau de comprometimento do aluno com a aprendizagem.

Além disso, esses mesmos profissionais pontuam que o debate entre os demais órgãos quanto ao programa não passa de uma relação pontual e administrativa, não verificando nenhuma avaliação continuada quanto à implementação do programa. Mesmo considerando a

transição do antigo Bolsa-Escola para o Renda Minha do GDF e atualmente a unificação do Bolsa-Família, na opinião desses entrevistados, não se verifica nenhuma diferença com relação à gestão do programa.

Quanto às mães, era visível nos seus relatos o medo e receio em perderem a bolsa e sendo possível inferir de suas falas que a relação com a escola era realmente de controlar a frequência dos filhos. Quando instigadas sobre a realização de reuniões, palestras quanto ao programa, algumas delas se lembravam de acontecimentos isolados, normalmente no momento de cadastramento no programa, evidenciando nunca terem discutido a realidade do programa com os demais órgãos. Outro aspecto evidente nas falas dessas mães dessas era a ocorrência de dúvidas quanto às mudanças no valor do benefício, o que segundo elas diminuía ao longo dos anos.

As informações obtidas por meio de um relato de uma especialista no tema permitiu verificar que as pesquisas nacionais de avaliação do PBF com recorte para o mercado de trabalho demonstram que grande parte dos beneficiados estão inseridos no mercado de trabalho formal e aqueles que estão no mercado informal, normalmente estão vinculados ao trabalho doméstico. Outro fator que se destaca, é que a pesquisa realizada por uma equipe composta por essa especialista demonstrou que se a renda no PBF fosse retirada dessa população os índices de indigência e pobreza poderiam até dobrar e em algumas regiões até triplicar, o que corrobora com a falas das mães entrevistadas, uma vez que foi freqüente o discurso de que a renda oriunda do programa fazia diferença no orçamento familiar.

Para além da questão da renda, foi consenso entre os familiares entrevistados, que o recebimento do auxílio ajudava na manutenção dos filhos na escola, mas que por méritos individuais esses alunos já alcançavam sucesso pedagógico. Já para autoras como Kerstenetzky (2006) a frequência na escola e maior carga horária são decisivas para o desempenho escolar da criança, ainda que não discuta de qual desempenho escolar se trata, e que nesse caso seja um desempenho escolar meramente numérico, restrito à comprovação de absorção de informação e não de formulação de conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução desse Trabalho de Conclusão de Curso visou incidir, em linhas gerais, sobre o debate quanto à educação e pobreza, a fim de estabelecer uma discussão que possa interessar atores de diferentes segmentos, seja do espaço universitário, da Sociedade Civil e de movimentos sociais, inseridos no debate político desse tema. Além disso, visou-se

contribuir para a publicização dos resultados do Bolsa-Família quanto à interface desse programa no âmbito escolar. Pretendeu-se com isso fomentar esse tema no escopo temático do Serviço Social, visto que as produções sobre esse tema ainda são limitadas nessa área do saber, conforme dados já apresentados.

Para esse percurso investigativo, apoiou-se na revisão bibliográfica de obras que pudessem permitir um olhar mais aprofundado sobre as categorias analíticas e posteriormente, realizou-se e analisou-se entrevistas com atores cruciais no que se refere ao PBF, para assim, buscar melhor elucidação das questões de pesquisa inicialmente postas.

A hipótese da pesquisa, pautava-se na premissa de que o PBF contribui para a permanência dos alunos mais carentes na escola e para que não exista acentuada diferença entre o desempenho escolar dos alunos beneficiários e aqueles não-beneficiários. E, em grande medida, essa hipótese foi corroborada, uma vez que segundo os dados apresentados, esse grau de desempenho escolar é equivalente entre os alunos, mas não se encontrou evidências que levasse compreender os motivos que levam os alunos beneficiários a não ter desempenho melhor daqueles que não participam do PBF, sendo possível inferir que a situação de pobreza desses alunos beneficiados pode ser tão mais avassaladora, que mesmo com o recebimento do PBF, o aluno não rompa essa situação de carência material e de forma, processual, de situação de pobreza política.

É nessa perspectiva, que se torna possível perceber, em um olhar mais geral, de que forma a Pobreza Política é uma realidade presente na estrutura educacional que torna a pobreza um fenômeno transgeracional que é produzida e reproduzida na própria práxis histórica.

A configuração clara dessa situação de marginalização enfrentada pelo ensino público é vislumbrada quando se analisa a existência de benefícios distributivos de renda que não se atentam para a realidade pedagógica. Não é desconsiderada aqui a necessidade de garantir a renda para essas famílias, mas é sim vista como válida a proposta de que esses benefícios impliquem numa perspectiva de inclusão universalizadora e na discussão dos reais avanços pedagógicos desses programas.

Entretanto, o que se percebe, com o teor dos dados aqui apresentados, mas ainda sem acentuada profundidade analítica, é que no Brasil a concretização de um sistema de proteção social, ainda está distante de princípios como o da Universalidade, e na realidade esse sistema está apoiado na perspectiva focalizadora, sendo essa vista na sua abordagem mais excludente e que corrobora, em grande medida, com a noção de um combate à pobreza dissociada da noção redistributiva.

Há ainda a constatação de que não se trata apenas de aumentar ou cobrar condicionalidades como critérios de elegibilidade para se receber ou não o valor oriundo de um programa de transferência de renda. É preciso analisar, a qualidade de qual aula se cobra a frequência, de qual escola é exigida a permanência do aluno, considerando que o acréscimo na renda familiar seja de fato um subsídio, para manter o aluno na escola, mas que o espaço educacional aproprie-se do seu papel de ser *locus* de formação de seres pensantes e atuantes.

Entende-se que existem questões anteriores, como a qualidade da educação oferecida, a qualidade dos serviços de saúde, para que se proponha a necessidade de frequentar esses serviços como condição para que ocorra o recebimento de auxílio material, o qual dada a acentuada condição de pobreza material da população brasileira, faz grande diferença na estrutura e orçamento familiar desses beneficiados.

A questão da universalização do acesso ao Ensino Básico praticamente não faz mais parte do debate educacional atual, por já ser quase consenso que as crianças dessa faixa etária estão quase todas matriculadas. Porém, é preciso considerar que há uma diferença entre taxa de matrícula e grau de aprendizagem, pois matricular-se é diferente de ir para a escola e que por sua vez, é diferente de aprender. Trata-se aqui da verdadeira aprendizagem, daquela capaz de levar o indivíduo a se perceber como sujeito de direitos.

Não se busca deslegitimar o papel fundamental que os programas de transferência de renda assumem atualmente no sistema de proteção social brasileira. Trata-se de conceber a pobreza como complexa e as necessidades humanas em abordagem holística e pautada não em uma noção de provisão dos mínimos sociais e sim das necessidades básicas, vista como aquela que quando satisfeita permite o exercício da cidadania (PEREIRA, 2006). Considera-se que já é um avanço verificar as condicionalidades como instrumentos para se almejar o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social e para, além disso, esse papel de condicionar o recebimento da renda também deveria estar conectado à provisão de qualidade dos Direitos Sociais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Bolsa-escola:** Educação para enfrentar a pobreza. Brasília: UNESCO, 2002.

AGUIAR, Marcelo. **Educação e oportunidades:** o exemplo mexicano. Brasília: Missão Criança, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Programa Bolsa-Família.** Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 10 maio. 2007.

BOOTH, Wayne; GREGORY, Colomb; WILLIAMS, Joseph. **A Arte da Pesquisa.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. In. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, v. 87, 2006, p. 25-57.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência no Brasil:** um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: GESST/SER, 2003.

BRASIL. **Relatório de avaliação de programa:** programa bolsa-família. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.209** de 17 de Setembro de 2004. Regulamenta a lei nº. 10.836 de 09 de setembro de 2004, que cria o Bolsa-Família e dá outras providências. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004. Disponível em: <http://sisvan.datasus.gov.br/documentos_bfa/DecretoPBF.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. **Lei complementar nº 111.** Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/LCP/Lcp111.htm>>. Acesso em: 10 maio. 2007.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; OZANIRA, Maria. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 101-103.

Trabalho e Tecnologia. In: CATTANI, Antonio David. **Dicionário Crítico.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAIBUB, Juliana Rochet Wirth. **Programas de transferência de Renda e o Enfrentamento da Pobreza no Brasil:** análise dos processos de formulação do Programa Nacional de Bolsa-Escola (2001-2002). 2004. 152 f. Tese (Mestrado) - Curso de Pós-

Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, [2004].

DEMO, Pedro, **Sociologia da Educação: Sociedade e suas oportunidades**. Brasília: Plano, 2004. 171 p.

DEMO, Pedro. **Pobreza da Pobreza**. Porto Alegre: Vozes, 2003. p. 34-63.

DEMO, Pedro. **Avaliação: Para cuidar que o aluno aprenda**. São Paulo: Criarp, 2006. 123 p.

FOLTRAN, Paula Juliana. **O Programa Bolsa Família em São Luís (MA) e Belém (PA): um estudo sobre a relação entre a gestão local e os efeitos dos programas na vida das mulheres**. 2007 203f. Tese (Mestrado) - Curso de Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, [2007].

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Folheto do Renda Minha**. Brasília: GDF, 2004. 1v.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil das mulheres brasileiras**. Censo 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 set. 2007.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Escola em tempo integral: quando quantidade é qualidade. **Revista ciência Hoje** – Revista de Divulgação Científica da SBPC, n. 231, vol. 39, Rio de Janeiro, Out. 2006, p. 18 – 23.

LAVINAS, Lena. **Excepcionalidade e Paradoxo: renda básica versus programas de transferência direta de renda no Brasil**. In: Conferência Internacional América Latina, Brasil e União Européia. 2004. Disponível em: <www.brasiluniao-europeia.ufrj.br/pt/pdfs/renda_basica-versus-programas-de-transferencia-direta-de-renda.pdf>. Acesso em: out. 2007.

MACEDO, Myrtes Aguiar de; BRITO, Sebastiana Rodrigues. **Transferência de Renda: Nova face de proteção social?** São Paulo: Loyola, 2004, p. 39-61.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. (Org.). **Pesquisa Social Teoria Método e criatividade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 80 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Folheto Bolsa-Família**. Brasília: MDS, 2004. 1v.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Fome Zero**. Disponível em: <www.fomezero.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2007.

MURIEL, Ana Paula Ornelas. Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea. In: **Ser Social**. Brasília: Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. n° 18, 2006, p. 47-78.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina**. Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE). Caderno GRPE. Brasília: OIT, Secretaria Internacional do Trabalho, n. 03, 2006, 52 p.

PAIVA, Valéria Paiva. **O Bolsa-Família na Ceilândia:** um estudo sobre as condicionalidades na Saúde. Tese (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição, Departamento de Nutrição, Universidade de Brasília, Brasília, [2007].

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *In: Ser Social*. Brasília: Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. n° 18, 2006, p. 229-252.

PEREIRA, Potyara Amazoneira Pereira. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneira Pereira. **Porque também sou contra a focalização!** Texto não publicado. Brasília: Neppos, 200?.

PREAL. **Quantidade sem qualidade** - Um boletim da educação na América Latina – Relatório do Conselho Consultivo do PREAL. PREAL, 2006, p. 05 – 25.

REDE ANDIS. **Bloco Inicial de Alfabetização.** Disponível em: <<http://www.redandi.org/verPublicacao.php5?L=ES&id=2860&idpais=1>>. Acesso em: set. 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação e Pobreza no Brasil. In **Educação e Pobreza na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 09 – 37, jun. 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, p. 27-135, 2000.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 139-183.

SOUSA, Nair Bicalho Heloísa de. Avaliação do Impacto sobre as famílias beneficiadas. In: BRAVA, Silvio Caccia et al. (Org). **Programas de Renda Mínima no Brasil**. São Paulo: Pólis, 1998, Cap. 4, p. 59-101.

SOUSA, Nair Bicalho; MACHADO, Maria. Salete. **Ceilândia:** Mapa da cidadania. Brasília: UnB/ Faculdade de Direito, 1999, v. 1. p. 10-35.

WASELFISZ, Julio J. (coord.), **Bolsa-Escola** – melhoria educacional e redução da Pobreza. Brasília: UNESCO/UNICEF, 1998, p. 17-50.

WORTHEIN, Blaine; SANDERS, James; FIZPATRICK, Jody. **Avaliação de Programas:** concepções e práticas. São Paulo: Gente, 2004, p. 62.

7 ANEXOS

Anexo 01: Guia de entrevista para fonte-chave na escola

Anexo 02: Roteiro de entrevista semi-estruturada para professor/a

Anexo 03: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave na Regional de Ensino da Ceilândia

Anexo 04: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave Ministério do Desenvolvimento Social

Anexo 05: Roteiro de entrevista semi-estruturada para familiares dos alunos beneficiários

Anexo 06: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave no IPEA

Anexo 07: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave da Secretária de Educação

Anexo 08: Roteiro de entrevista para fonte-chave no Ministério da Educação

Anexo 09: Ficha de análise das fontes documentais

Anexo 10: Ficha do termo de consentimento

Anexo 11: Carta de apresentação

Anexo 01: Guia de entrevista para fonte-chave na escola

Data: ____/____/____

Local: _____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista consistirá em obter respostas de cunho introdutório para a execução da pesquisa, por buscar a autorização para realizar investigação documental, além de visar obter informações sobre o programa na escola em foco.

1. Processo de implantação do Bolsa-Família na escola;
 - 1.1-Ano, período
 - 1.2- Situação histórica da escola naquele período;
2. Atores envolvidos no processo de implementação do programa
 - 2.1-Alunos Beneficiados;
 - 2.2-Pais;
 - 2.3-Professores/coordenadores;
 - 2.4- Regional de ensino e Secretária escolar;
3. Relação do Bolsa- Família com os problemas enfrentados na escola;
 - 3.1 Evasão Escolar;
 - 3.2 Desempenho nas notas;
 - 3.3 Realidade social da Escola;
4. Acesso a fontes documentais
 - 4.1 Existência de fichas de cadastro
 - 4.2 Possibilidade de acesso a essas

Anexo 02: Roteiro de entrevista semi-estruturada para professor/a:

Data: ____/____/____

Local: _____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista consistirá em obter respostas do professor/a da turma em questão, por se tratar de ator no cotidiano das crianças e de ser fonte mais adequada para analisar a categoria desempenho escolas. A entrevista explora também o saber e opinião desse profissional sobre o programa segundo a realidade da escola em questão e execução do programa.

1. Há quanto tempo trabalha na escola? (*analisar se esteve no processo de transição do Renda-Minha para o Bolsa-Família*).
2. O que entende sobre o Programa Bolsa-Família?
3. Quais os atores envolvidos na elaboração, gestão desse programa (*analisar de acordo com resposta da pergunta 02, quando for o caso de ter respondido*).
4. Sabe quem são os alunos bolsistas?
5. Como avalia o rendimento médio dos alunos bolsistas? Percebe alguma diferença nesse aspecto?
6. E para além do rendimento, pode fazer alguma inferência de contribuição do Bolsa-Família na vida desses alunos, na relação com a escola e com a própria família?

Anexo 03: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave na Regional de Ensino da Ceilândia:

Data: ____/____/____

Local: _____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista consistirá em obter respostas da fonte-chave da regional de Ensino referentes ao programa na esfera da Ceilândia e não apenas da escola. Serão buscadas repostas relativas ao acompanhamento do programa, centrando o foco no debate do desempenho escolar.

1. O programa atual hoje é o Bolsa-Família? Como verifica o processo de transição?
2. Qual o seu objeto de trabalho no que se refere ao programa? (*controle, finanças, administração*)
3. Como avalia o debate entre escola e Regional de Ensino?
4. Em sua opinião, qual melhoria para vida escolar dos alunos bolsistas?
5. Percebe maior participação de atores como a família, professores, diretores, na discussão da implementação do programa Bolsa-Família?
6. Possui dados, informações que podem evidenciar a realidade do programa na Ceilândia ? (*buscar verificar avanços, retrocessos, deficiências do programa*).

Anexo 04: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave no Ministério do Desenvolvimento Social

Data:___/___/___

Local:_____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista consistirá em obter respostas da fonte-chave no Ministério do Desenvolvimento Social referentes ao programa em esfera mais ampla, mas com foco no acompanhamento, execução e monitoramento do programa e retomando a categoria desempenho escolar e a realidade da Ceilândia.

1. Qual o seu objeto de trabalho no que se refere ao programa? (*controle, finanças, administração*)
2. Como avalia o debate entre escola, Regional de Ensino, Secretária de Educação, e o Ministério do Desenvolvimento Social?
3. Como verifica o processo de transição? Acredita ter melhoria/retrocesso?
4. Como percebe a participação da sociedade quanto ao programa Bolsa-Família?
5. Possui dados ou informações, pesquisas, que podem evidenciar a realidade do programa na Ceilândia? (*buscar verificar avanços, retrocessos, deficiências do programa*).

Anexo 05: Entrevistas semi-estruturadas para familiares dos alunos beneficiários

Data: ____/____/____

Local: _____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista visará obter dados dos responsáveis pelos alunos, buscando informações relativas à possíveis diferenças ou permanência da situação educacional para a família em tela, principalmente no que se refere ao desempenho escolar, dos alunos bolsistas, ou até ex-bolsistas.

1. Há quanto tempo recebe o auxílio do Programa Bolsa-Família (verificar se recebia o Renda - Minha, ou o Bolsa-Escola).
2. Quantos filhos recebem o benefício?
3. Tem algum filho que já recebeu o benefício e atualmente não recebe mais? Se sim, avalia alguma diferença na vida escolar desse filho?
4. E quanto aos filhos bolsistas apresenta mudanças, melhoras ou retrocessos como recebimento do programa?
5. Qual sua relação de participação com a escola no que se refere à prestação do programa Bolsa-família? (reunião, assembléia, protesto).

Anexo 06: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Data:___/___/___

Local:_____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista consistirá em obter informações da fonte-chave no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada referentes ao programa em esfera mais ampla, mas com foco no acompanhamento, execução e monitoramento do programa e retomando a categoria desempenho escolar e a realidade da Ceilândia.

1. Como você percebe o impacto do programa Bolsa-Família no Desempenho escolar?
2. No âmbito do Distrito Federal, como o senhor avalia o debate entre escola, Regional de Ensino, Secretária de Educação, e o Ministério do Desenvolvimento Social?
3. Como verifica o processo de transição do Bolsa-Escola para Bolsa-Família? Acredita ter melhoria/retrocesso para as famílias beneficiadas?
4. Eu li uma entrevista que o senhor concedeu para o Paulo Amorim e lá o senhor dizia que o Bolsa-Família não é uma “fábrica de vagabundos”. Concordo com isso. E no caso do trabalho infantil, o senhor tem indícios de que houve mudanças nessa área específica? No caso, esse é um fator que apareceu de forma indireta na entrevista com os pais.
5. Como percebe a participação da sociedade, no caso a família beneficiada, quanto ao programa Bolsa-Família?
6. Possui dados ou informações, pesquisas, que podem evidenciar a realidade do programa na Ceilândia?

Anexo 07: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave na Secretária de Educação do Distrito Federal:

Data: ____/____/____

Local: _____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista consistirá em obter respostas da fonte-chave da regional de Ensino referentes ao programa na esfera da Ceilândia e não apenas da escola. Serão buscadas repostas relativas ao acompanhamento do programa, centrando o foco no debate do desempenho escolar.

1. O programa atual hoje é o Bolsa-Família? Como verifica o processo de transição?
2. Qual o seu objeto de trabalho no que se refere ao programa? (*controle, finanças, administração*)
3. Como avalia o debate entre escola e Regional de Ensino?
4. Em sua opinião, qual melhoria para vida escolar dos alunos bolsistas?
5. Percebe maior participação de atores como a família, professores, diretores, na discussão da implementação do programa Bolsa-Família?
6. Possui dados, informações que podem evidenciar a realidade do programa na Ceilândia ? (*buscar verificar avanços, retrocessos, deficiências do programa*).

Anexo 08: Roteiro de entrevista semi-estruturada para fonte-chave no Ministério da Educação

Data: ____/____/____

Local: _____

Nome do entrevistado: _____

Esta entrevista consistirá em obter informações da fonte-chave no Ministério do Desenvolvimento Social referentes ao programa em esfera mais ampla, mas com foco no acompanhamento, execução e monitoramento do programa e retomando a categoria desempenho escolar e a realidade da Ceilândia.

1. Qual o seu objeto de trabalho no que se refere ao programa? (*controle, finanças, administração*)
2. Como avalia o debate entre escola, Regional de Ensino, Secretária de Educação, e o Ministério do Desenvolvimento Social?
3. Como verifica o processo de transição do Bolsa-Escola para Bolsa-Família? Acredita ter melhoria/retrocesso?
4. Como percebe a participação da sociedade quanto ao programa Bolsa-Família?
5. Possui dados ou informações, pesquisas, que podem evidenciar a realidade do programa na Ceilândia?

Anexo 09: Ficha de análise das fontes documentais:

Data de realização da análise documental: ____/____/____

Nome do aluno: _____

Período que começou a receber o benefício: _____

Avaliação média das notas:

Observações feitas por professoras/professores/coordenadores:

Anexo 10: Ficha do termo de consentimento

Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Ciências Humanas-IH
Departamento de Serviço Social-SER

Termo de Consentimento

Eu, _____, concordo em participar por minha livre e espontânea vontade de um trabalho de monografia: Análise do Programa de Transferência de Renda Direta Bolsa-Família sob a ótica do Desempenho Escolar: um estudo de caso em uma escola da Ceilândia, para ser defendida com trabalho de conclusão de curso pela aluna Kelma Jaqueline Soares do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília.

Declaro estar esclarecido/a e informado/a que a pesquisa visa demonstrar os impactos do Programa Bolsa-Família no desempenho escolar de alunos do Ensino Fundamental de uma escola de ensino básico da Ceilândia-Sul.

De livre e espontânea vontade responderei às perguntas da entrevistas, referentes ao Programa Bolsa-Família, que serão gravadas, transcritas e analisadas pela aluna pesquisadora. Não serei identificado/a no trabalho escrito ou apresentado. Estou ciente que na pesquisa será utilizado pseudônimo se houver referência ao nome da pessoa entrevistada.

Declaro também estar ciente que durante a pesquisa, eu tiver dúvidas serei esclarecido/a, como terei liberdade de recusar a participar da pesquisa, sem penalização alguma ou prejuízo à minha pessoa.

Tenho garantia de sigilo aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e minha participação está livre de qualquer remuneração ou despesa.

O termo foi assinado por mim, por testemunha e pela pesquisadora.

Entrevistado/a: _____

Testemunha: _____

Aluna pesquisadora: _____

Brasília, _____, de _____ de 200__.

Anexo 11: Carta de Apresentação



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social - SER

Brasília, 02 de Julho de 2007

Apresentamos a V.S^a a aluna **Kelma Jaqueline Soares** – Matrícula: 04/33136 do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, matriculada na disciplina: Trabalho de Conclusão do Curso, orientada pela professora Dra. Silvia Cristina Yannoulas.

O projeto da aluna centra-se na análise do atual Programa Bolsa-Família com o recorte na categoria desempenho escolar, objetivando discutir a amplitude desse programa no âmbito da educação.

Solicitamos que a mesma possa ter acesso a informações relativas ao programa, por meio de realização de entrevista. As informações obtidas reverterem-se de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

Professora Dra. Silvia Cristina Yannoulas
Professora adjunta- Matrícula: 1017080

À
Secretaria de Educação do Distrito Federal